

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026  
PROCESSO N.º 403/2025

### AMPLA CONCORRÊNCIA

#### PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n.º 76.105.600/0001-86, sediada à Praça Bento Munhoz da Rocha, n.º 30, no bairro Centro, na cidade de Campina Grande do Sul, no Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Luiz Carlos Assunção**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal n.º 1.949/2023 e demais regulamentos, por intermédio de um dos Agentes de Contratação designados pela **Portaria n.º 2346/2025**, publicada no Diário Oficial do Município em 19 de dezembro de 2025, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone: (41) 3162-7000 ou pelo e-mail: [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br).

<b>MODALIDADE LICITATÓRIA:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO
<b>NATUREZA DO PROCEDIMENTO:</b>	TRADICIONAL (CONTRATO)
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	ABERTO
<b>TIPO DO JULGAMENTO:</b>	MENOR PREÇO
<b>FORMA DA APURAÇÃO:</b>	GLOBAL
<b>TIPO DO OBJETO:</b>	SERVIÇOS
<b>LOCAL DA SESSÃO ELETRÔNICA:</b>	Compras BR - <a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>
<b>DATA DA REALIZAÇÃO:</b>	26/01/2026
<b>HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA:</b>	09:00 HORAS
<b>VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:</b>	R\$ 2.454.967,22 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos)
<b>OBJETO:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.	

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será realizado **exclusivamente por meio eletrônico**, no endereço: <https://comprasbr.com.br> – **Compras BR**.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

1.4. A sessão de julgamento eletrônica da licitação será realizada no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br>, iniciando-se na data e horário informados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Agente de Contratação, designado no sistema e nos autos do processo em epígrafe.

1.5. Qualquer cidadão poderá ter acesso ao edital da licitação e seus anexos, acompanhar eventuais impugnações e pedidos de esclarecimento, acompanhar a sessão de julgamento da licitação, ter acesso a ata da sessão da licitação, quando finalizada e acessar demais documentos e informações pelo site da plataforma eletrônica **Compras BR**: <https://comprasbr.com.br>.

1.6. O edital da licitação e seus anexos, eventuais impugnações e pedidos de esclarecimento, a ata da sessão da licitação, quando finalizada e demais documentos e informações, também poderão ser obtidos através do **Portal de Transparência do Município de Campina Grande do Sul** no site <https://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/licitacoes>.

#### **1.7. JUSTIFICATIVA DA FORMA DE APURAÇÃO GLOBAL**

1.7.1. A escolha pela forma de apuração global (seja por lote ou pelo conjunto da solução) justifica-se pela necessidade de garantir a integridade e a sinergia das ações desenvolvidas entre o Departamento de Esportes e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, assegurando que as oficinas não sejam apenas atividades isoladas, mas sim parte de uma estratégia de proteção social básica.

1.7.2. Conforme o ETP, a contratação visa atingir resultados biopsicossociais complexos, como a prevenção de riscos psicossociais, o fortalecimento de vínculos familiares e o combate ao sedentarismo e à vulnerabilidade social. A apuração global permite que a contratada mantenha uma unidade metodológica necessária para trabalhar valores como disciplina, responsabilidade e cooperação de forma transversal em todas as modalidades.

1.7.3. Além disso, a gestão global por parte de empresas especializadas promove maior eficiência e economicidade, uma vez que permite à Administração Pública acessar uma estrutura organizacional que já detém a expertise, materiais didáticos e metodologias inovadoras necessárias. Isso evita a fragmentação excessiva que dificultaria a fiscalização e a coordenação pedagógica do projeto, que prevê o atendimento de 3.500 alunos em diversas modalidades.

1.7.4. Portanto, a solução global é a que melhor se adequa ao interesse público, garantindo que o prestador de serviço tenha a capacidade técnica de operacionalizar o projeto de forma contínua e integrada, focando no desenvolvimento físico, social e emocional dos participantes

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. **Poderão participar do certame todos os interessados (AMPLA CONCORRÊNCIA)** do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

2.1.1. A licitante MEI/ME/EPP e grupos favorecidos deverão declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, a fim de se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.1.3. **Não serão aplicadas as prerrogativas da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 ao item/grupo cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

2.1.4. O licitante que participar da licitação e não se enquadrar na definição legal reservada a essas categorias, poderá configurar fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação das penalidades criminais e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

2.1.5. Poderão participar da licitação empresas reunidas em consórcio, desde que atenda ao item 2.1., de modo a permitir que as empresas especializadas somem esforços e conhecimento técnico para a correta execução do objeto, devendo ser observadas as seguintes exigências:

2.1.5.1. A empresa líder deverá ser nacional e de maior participação no Consórcio. No caso de participações iguais, a líder deverá ser a consorciada de maior Capital Social.

2.1.5.2. A empresa consorciada não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou em outra formação de consórcio;

2.1.5.3. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, respeitada a alínea “f”, do subitem a seguir;

2.1.5.4. A constituição do Consórcio será feita por Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, incluindo os seguintes itens:

a) Designação do Consórcio e sua composição;

b) Finalidade do Consórcio;

c) Prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses, bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

d) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e das prestações específicas (participação em percentual do valor total), em relação ao objeto da licitação;

e) Compromisso expresso de que cada consorciado responderá por todos os atos do consórcio, sendo obrigatória a assinatura do contrato com o Município contratante por todos os consorciados;

f) Indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio, que será sua única representante perante o Município contratante, com quem, por meio da pessoa do seu representante legal, serão mantidos todos os entendimentos relativos à licitação e ao contrato, devendo atender as condições de liderança fixadas no edital;

g) Designação do representante legal do consórcio;

h) Compromisso das consorciadas de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência do Município contratante, até o cumprimento do objeto da licitação, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c”, supra;

i) Compromisso expresso das consorciadas de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio, arquivado no registro do comércio local de sua sede ou o registro no cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas;

j) Que cada consorciado apresente a documentação relacionada no item DA HABILITAÇÃO deste edital, e suas subdivisões, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

2.1.5.5. Será exigido do consórcio acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

2.2. Os interessados em participar desta licitação deverão estar previamente cadastrados na plataforma eletrônica **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br>.

2.2.1. O uso da senha de acesso na plataforma eletrônica **Compras BR** é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao Município de Campina Grande do Sul, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica **Compras BR**, assumindo como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas de preços, lances e documentos de habilitação.

2.2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros quando identificar incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados.

2.2.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma eletrônica **Compras BR**, poderá ser esclarecida diretamente no site <https://comprasbr.com.br> ou pelo telefone (67) 3303-2740.

2.3. **Não poderão disputar esta licitação (art. 14 da Lei 14.133/21):**

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.2 e 2.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.2. O disposto nos itens 2.3.2 e 2.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.5. **Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo seu acompanhamento** no Compras BR: <https://comprasbr.com.br/> e no Portal de Transparência da Prefeitura: [www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br), locais em que serão divulgadas as eventuais republicações, retificações de edital, respostas a questionamentos, impugnações ou quaisquer outras ocorrências.

2.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.7. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DAS DECLARAÇÕES**

3.1. O licitante deverá preencher, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/>, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o respectivo preço ou o percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de preenchimento.

3.2. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

3.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Campina Grande do Sul não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.4. Os licitantes deverão declarar nos campos disponíveis no sistema **Compras BR** que atendem aos requisitos de habilitação dispostos neste instrumento, inclusive sobre a reserva de cargo(s) para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de forma que responderão pela veracidade das informações prestadas.

3.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.6. Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, às microempresas e empresas de pequeno porte, que declararem e comprovarem regularmente essa condição.

3.7. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, não sendo permitido o encaminhamento após o horário de abertura estabelecido.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração (chat) ou de sua desconexão.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá assinalar todas as declarações disponíveis no sistema **Compras BR**, sendo elas:

- **Declaro** que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- **Declaro** que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- **Declaro** que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- **Declaro** que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- **Declaro** que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes da data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21;
- **Declaro** que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- **Declaro** para fins do disposto no inciso VI do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

3.11. Ainda, no cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, o licitante **deverá** assinalar "**NÃO**" no caso em que tenha ultrapassado o limite de faturamento estabelecido em Lei ou assinalar "**SIM**" no caso em que se declarar, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do **tratamento favorecido às empresas enquadradas como ME/EPP**, estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

3.11.1. No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, a assinalação do campo "**NÃO**" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote.

- 3.11.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**NÃO**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 3.13. A **falsidade de declaração prestada** objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, **caracterizará o crime** de que trata o art. 299 do **Código Penal**, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa.
- 3.14. O **licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento** da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, no ano fiscal anterior, **sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública**, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Federal n.º 8.538/2015.
- 3.15. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo (art. 12 inciso III da Lei Federal nº. 14.133/21).

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA**

- 4.1. O licitante deverá preencher sua proposta inicial de preços no sistema **Compras BR**, informando em todos os campos disponíveis no sistema o valor unitário, valor total do item/grupo, valor global ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.
- 4.1.1. É vedada a identificação dos licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva da licitação, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- 4.1.2. O licitante **poderá**, no momento do preenchimento de sua proposta, anexar antecipadamente os seus documentos de habilitação, os quais só poderão ser acessados após o término da fase competitiva da licitação e, caso seja declarado vencedor, terá também a possibilidade de apresenta-los no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, na fase de habilitação.
- 4.2. Ao preencher sua proposta no sistema eletrônico **Compras BR**, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do objeto estabelecido no Edital, no Estudo Técnico Preliminar – ETP, no Termo de Referência - TR e seus anexos.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 4.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os documentos que compõem a proposta de preços e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso do público, após o encerramento do envio de lances.
- 4.11. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no chat ou de sua desconexão.
- 4.12. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste Edital.

4.13. A proponente deverá indicar nos documentos de proposta e/ou na habilitação a serem apresentados, os meios de contato (**endereço, telefones, e-mail, whatsapp e etc.**) para comunicação.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública eletrônica, por meio do sistema **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/>, na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente e antecipadamente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema **Compras BR** disponibilizará campo próprio (chat) para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico (**Compras BR**), sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado conforme o critério de julgamento disposto no preâmbulo do Edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, **será definido de forma individual por lote/ítem no sistema eletrônico Compras BR.**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

5.10.2. **A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de 02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a fase de lances será encerrada automaticamente.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico **Compras BR** poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Caso haja desconexão do sistema **Compras BR** para o Agente de Contratação, a mesma analisará as circunstâncias como o tempo em que o sistema estará inoperante e demais condições operacionais e caso identifique que o andamento da sessão pública está sendo prejudicada, suspenderá a sessão de julgamento e comunicará aos licitantes participantes, quando for retomada a conexão, da nova data e horário de reabertura.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.16.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.16.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.16.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.16.2.2. Empresas brasileiras.
- 5.16.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.16.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.16.3. Não sendo possível, ainda, a aplicação de todos os critérios de desempates acima, será realizado sorteio em sessão pública presencial entre os licitantes empatados a ser agendada pelo Agente de Contratação.
- 5.16.3.1. A sessão pública presencial do sorteio será gravada em áudio e vídeo e o link para acesso à gravação será informado na ata da sessão.
- 5.16.3.2. O Agente de Contratação conduzirá o sorteio com as seguintes sequências de procedimentos:
- I – os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;
  - II – antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;
  - III – os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;
  - IV – os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;
  - V – após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;
  - VI – os papelotes individuais restantes no recipiente destinado à realização do sorteio serão, em sequência, prontamente retirados, e durante esta etapa, os nomes dos licitantes não sorteados serão apresentados a todos os participantes da sessão, a fim de assegurar a lisura do sorteio;
  - VII – a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no link informando na ata da sessão do sorteio.
- 5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.17.2. A **negociação será realizada por meio do sistema (chat)**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes em campo próprio do sistema **Compras BR** (Valor Negociado).
- 5.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática pelo sistema, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. **O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 5.20. As ofertas são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.21. Após o encerramento da fase de lances e negociação, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.21.1. Os valores ofertados e/ou negociados registrados no sistema eletrônico serão considerados como valores finais, não havendo necessidade de apresentação de propostas ajustadas, **exceto nos casos em que o Pregoeiro decidir realizar diligências quanto as especificações, marcas, modelos, garantia, prazos e demais condições da proposta ou nos casos de ajustes de valores unitários e totais, por conta de eventual forma de apuração "Global" ou "Global por Lote", momento no qual será concedido prazo razoável ao licitante vencedor para apresentação da proposta ajustada.**

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E DO JULGAMENTO

- 6.1. O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e Edital.
- 6.2. Será verificado a existência de sanção que impeça a participação do licitante no certame ou a sua futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: **i) Tribunal de Contas da União – TCU** – no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> (Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica); **ii) Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR** - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar).
- 6.2.1. As sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar **se restringem expressamente ao ente federativo que aplicou a penalidade** (art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.2.2. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar **abrange o âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos** (art. 156, IV e § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.3. O Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o Edital e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.5. O Pregoeiro poderá realizar diligências (**cópias de Notas Fiscais, Notas de Empenho, Planilha de Composição de Custos e outros documentos hábeis**) para aferir a exequibilidade da proposta vencedora e/ou exigir que o licitante vencedor apresente **DECLARAÇÃO**, por meio do sistema eletrônico ComprasBR ([www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)) ou por e-mail ([licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br)), declarando que:

- a) O custo do objeto ofertado não ultrapassa o valor da proposta final;
- b) Os custos de oportunidade são capazes de justificar o vulto da oferta;
- c) O valor final ofertado é exequível.

6.6. Para fins de análise da proposta vencedora quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o Pregoeiro poderá realizar diligências com a Secretaria Municipal requisitante.

6.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 6.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- 6.7.5. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

7.1.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

7.1.2. O Agente de Contratação concederá ao licitante vencedor o prazo de, no mínimo, **60 (sessenta) minutos**, para apresentação dos seus documentos de habilitação e/ou complementação, podendo tal prazo ser alargado.

7.1.3. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio dos documentos de habilitação pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos arquivos para o e-mail: [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br), sendo os arquivos disponibilizados no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul ([www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)) para os demais licitantes interessados acessarem.

7.1.4. Em atendimento ao art. 63, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/21, o licitante mais bem classificado deverá apresentar a sua documentação de habilitação da seguinte forma:

- a) A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista poderão ser apresentadas com data de expedição posterior ao julgamento das propostas e na data de sua solicitação;
- b) A documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverão ser apresentadas com data de expedição até a data de abertura da licitação.

7.1.5. Em caso de não envio dos documentos de habilitação no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será **inabilitada** e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

7.2. A documentação de habilitação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

7.2.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;**

7.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;**

7.2.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

7.3. A documentação de habilitação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

7.3.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a **90 (noventa) dias corridos** da abertura da sessão pública deste pregão, se outro prazo não constar do documento.

7.3.1.1. **Emitir o documento no Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, POR EXEMPLO:** Empresas sediadas em Curitiba ou Região Metropolitana, solicitar a

certidão no Ofício 1º Distribuidor de Curitiba no endereço eletrônico:  
<http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/>.

7.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, que comprove:

7.3.2.1. Possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação; ou **alternativamente**

7.3.2.2. Que a licitante apresente declaração, assinada por profissional habilitado na área contábil, que ateste o atendimento de todos os índices contábeis conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período. **Esse índice deverá ser superior a (1,00).**

$$\text{Fórmula: } LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- **Índice de Solvência Geral (ISG)** indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. **Esse índice deverá ser superior a (1,00).**

$$\text{Fórmula: } SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- **Índice de Liquidez Corrente (LC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. **Esse índice deverá ser superior a (1,00).**

$$\text{Fórmula: } LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

7.3.2.3. O enquadramento, que no caso da Microempresa (ME), aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e no caso da Empresa de Pequeno Porte (EPP), aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (§ 1º do Art. 65 da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.3.3.1. No caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício para apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis.

7.3.4. Em atendimento ao artigo 1.078 do Código Civil, ocorrendo a sessão de abertura das propostas a partir de **01 de maio**, as empresas que não optarem pela Escrituração Contábil Digital (ECD), deverão, obrigatoriamente, apresentar o Balanço Patrimonial e DRE do exercício social anterior.

7.3.5. Em atendimento às Instruções Normativas da Receita Federal, as empresas que **optarem pela Escrituração Contábil Digital (ECD)**, deverão seguir a data limite definida pela IN vigente para entrega do Balanço Patrimonial e DRE do exercício social anterior.

7.4. A documentação de habilitação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA** e, **se houver**, **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR** consistirá em:

7.4.1. Inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**, expedida pela Receita Federal, com data não anterior a **180 (cento e oitenta) dias**.

7.4.2. Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto

contratual, em data não anterior a **180 (cento e oitenta) dias**, se outro prazo não constar no documento.

7.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da **Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

7.4.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

7.4.5. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, dentro do prazo de validade.

7.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da **Certidão Negativa Estadual**, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

7.4.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da **Certidão Negativa Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

7.4.8. Além de assinalar todas as declarações disponíveis no sistema eletrônico de julgamento, o licitante deverá apresentar o **Anexo IV – Declaração Unificada**.

7.4.9. **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, produtos similares, em quantidade e características, ao objeto da presente licitação.

a) O atestado deverá conter os itens e as respectivas quantidades, bem como, informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor.

b) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Agente de Contratação, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

7.4.10 Atestado de Visita Técnica expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações necessárias para a execução dos serviços relativos a esta licitação, conforme modelo constante no **ANEXO IV – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (FACULTATIVO)**.

**Obs:** O agendamento da visita técnica deverá ser feito através do **telefone 3162-7234**, em **até 96 (noventa e seis) horas antes** da abertura da licitação.

*Caso o interessado opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir DECLARAÇÃO assumindo todos os riscos (ANEXO V).*

- o *Com a emissão da Declaração, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes.*

7.4.11. Declaração de disponibilidade de pessoal, equipamentos e recursos técnicos necessários à execução dos serviços licitados, conforme modelo constante no **MODELO ANEXO II**.

#### 7.4.12. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

7.4.12.1. Concluídas todas as etapas do certame e como condição indispensável para a homologação do processo, a empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os documentos a seguir relacionados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual emitirá parecer conclusivo acerca da conformidade da documentação:

7.4.12.1.1. Comprovação de Vínculo Empregatício entre as empresas e os profissionais que executarão os serviços, através das seguintes formas:

- a) **Contrato Social**, no caso de sócio;

- b) Carteira de Trabalho**, das folhas em que constem os dados pessoais e o registro de empregado;
- c) Contrato particular de prestação de serviço;**
- d) Contrato preliminar de trabalho ou de prestação de serviço;**
- e) prova de sua eleição como diretor(a)** da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório.

#### 7.4.12.1.2. Comprovação da Qualificação Técnica dos Profissionais:

**7.4.12.1.2.1 Profissionais de Atletismo, Basquete, Corrida de Orientação, Esporte para Idosos, Ginástica, Futebol, Futsal, Ginástica Artística, Handebol, Hidroginástica, Natação, Pilates, Prática Esportiva, Treino Funcional, Vôlei e Vôlei de praia:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Educação Física, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.2 Profissionais de Capoeira, Jiu Jitsu, Karatê tradicional, Kickboxing, Muay Thai:** Certificado de Graduação como instrutor, ou outro documento equivalente, expedido por instituição de artes marciais devidamente registrada com CNPJ (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.3 Profissionais de Ballet e Dança Contemporânea:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Dança, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.4 Profissional de Desenho em quadrinhos:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Educação Artística ou Artes Visuais, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.5 Profissional de Canto:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Canto, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.6 Profissional de Violão:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Música, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.7 Profissional de Teatro:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Formação Técnica, Bacharel ou Licenciatura em Teatro ou Artes Cênicas, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.8 Profissionais de Artesanato, Dança de Rua, Dança Livre, Informática, Smartphone e Yoga:** Certificado de Graduação como instrutor, ou outro documento equivalente, expedido por instituição devidamente registrada com CNPJ (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**7.4.12.1.2.9 Coordenador pedagógico:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Pedagogia ou Educação Física, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original).

Caso a empresa não cumpra as determinações acima, esta será desclassificada do certame, ficando sujeita à aplicação das sanções cabíveis através do competente processo administrativo.

7.5. **Em caso de não envio dos documentos de habilitação** no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será **INABILITADA** e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

7.6. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio de campo específico do sistema **Compras BR**, para:

7.6.1. A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado;

7.6.3. A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

7.6.4. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br), devendo, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados no Portal de Transparência do Município.

7.7. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

7.7.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.7.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

7.8. **Para fins de verificação das condições de habilitação, o Agente de Contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.**

7.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição.**

7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.9.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do instrumento contratual, ou revogar a licitação.

7.9.2.1. Em atendimento ao art. 63, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/21, o licitante remanescente deverá apresentar a sua documentação de habilitação da seguinte forma:

**a)** A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista poderão ser apresentadas com data de expedição posterior ao julgamento das propostas e na data de sua solicitação;

**b)** A documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverão ser apresentadas com data de expedição até a data de abertura da licitação.

7.10. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a **90 (noventa) dias corridos**.

7.10.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para classificação e habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

7.12. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão.

7.13. Os documentos de habilitação do(s) licitante(s) classificado(s) e habilitado(s), ficarão disponíveis para acesso público no sistema eletrônico **Compras BR** e no **Portal de Transparência** do Município de Campina Grande do Sul ([www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)).

7.14. Será verificado se o licitante declarou no sistema eletrônico **Compras BR** que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.14.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, poderá sujeitar o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7.15. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

7.15.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

7.15.2. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Departamento de Compras, situada na Praça Bento Munhoz da Rocha, 30, Centro, Campina Grande do Sul, Paraná, CEP: 83.430-000, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação.

7.16. O não atendimento das exigências deste Edital implicará na inabilitação do licitante.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 10 (dez) minutos** do término do julgamento das propostas, análise de amostras e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema **Compras BR**, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/>, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma.

8.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 8.1 deverá apresentar, **em momento único**, as **razões recursais**, em campo próprio do sistema, **no prazo de 03 (três) dias úteis**.

8.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as **contrarrazões**, também via sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da divulgação das razões recursais.

8.1.4. Se por alguma razão técnica os licitantes não conseguirem apresentar as razões recursais e as contrarrazões por meio do sistema eletrônico **Compras BR**, os mesmos poderão apresentá-las por e-mail ([licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br)), dentro do prazo concedido no sistema, sendo o documento disponibilizado para os demais licitantes interessados no Portal de Transparência do Município.

8.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório digitalizado na íntegra.

8.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

8.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.5. Incumbirá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico Compras BR durante o julgamento do processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de prazos, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro (chat) ou de sua desconexão.**

## 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

9.1. Até às 23h59min (horário de Brasília/DF) do **3º (terceiro) dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico e-mail: [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br).

9.2. Compete ao Agente de Contratação, auxiliado, caso seja necessário, pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

9.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 03 (três) dias úteis e a depender do nível de complexidade e da necessidade de diligências, o prazo para resposta se limitará ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

9.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 23h59min (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br).

9.4.1. O Agente de Contratação, auxiliado, caso seja necessário, pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 03 (três) dias úteis e a depender do nível de complexidade e da necessidade de diligências, o prazo para resposta se limitará ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

9.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/> e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul ([www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)).

9.6. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivado pelo Agente de Contratação ou Secretaria requisitante.

9.6.1. A concessão de efeito suspensivo poderá ser concedida em virtude da necessidade de análise técnica por parte da Secretaria Requisitante e/ou Assessoria Jurídica, o que poderá demandar mais tempo na resposta.

9.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que os aceitar sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a seu ver a teriam viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.8. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes da abertura da licitação, pelo interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das propostas.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

10.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

10.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

10.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

10.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## 11. DO CONTRATO

11.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o **contrato**, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 11.1. poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do **contrato**, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua.

11.1.3. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do **contrato** no prazo estabelecido no item 11.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.4. Em atendimento ao art. 63, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/21, o licitante remanescente deverá apresentar a sua documentação de habilitação da seguinte forma:

a) A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista poderão ser apresentadas com data de expedição posterior ao julgamento das propostas e na data de sua solicitação;

b) A documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverão ser apresentadas com data de expedição até a data de abertura da licitação.

11.2. Por ocasião da assinatura do **contrato**, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o **contrato** no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à **multa de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do **contrato**, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

12.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 11.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o **contrato**, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 12.1.

12.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

12.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/> implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente processo licitatório por parte da licitante.

13.2. Em qualquer fase do processo licitatório, o Agente de Contratação poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

13.4. As decisões do Agente de Contratação serão fundamentadas e registradas no sistema eletrônico para o acompanhamento em tempo real por todos os participantes e cidadãos.

13.5. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do processo licitatório serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

13.6. O andamento, julgamento, adjudicação e a homologação do presente processo licitatório poderão ser consultados por qualquer cidadão no sistema eletrônico **Compras BR** - <https://comprasbr.com.br/>.

13.7. O Edital, propostas, documentos de habilitação, ata da sessão e demais informações e documentos também poderão ser consultados no Portal de Transparência do Município - <https://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/licitacoes>.

13.8. O processo licitatório digitalizado na íntegra ficará disponível, em tempo hábil, no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul no endereço eletrônico <https://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/licitacoes>.

13.8.1. Para acesso ao processo digitalizado na íntegra, selecione a opção “Licitações”, escolha o processo licitatório e clique na aba “**Editais/Documentos**” ou “**Mídias**”.

13.9. Caso surjam dúvidas no transcorrer do certame, os licitantes poderão entrar em contato pelo telefone: **(41) 3162-7000 – 7020 – 7013** ou apresentar e-mail: [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br).

**13.10. Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico Compras BR, inclusive mensagens via “chat”, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida ou de sua desconexão.**

13.13. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

#### 14. DO FORO

14.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Campina Grande do Sul - Paraná, com exclusão de qualquer outro.

#### 15. ANEXOS DO EDITAL

15.1. Considerando que o planejamento da contratação tem início a partir da identificação de uma necessidade ou de um problema da Administração, a ser evidenciado no documento da fase de planejamento denominado “**Estudo Técnico Preliminar – ETP**”, o qual define, obrigatoriamente: “*A descrição da necessidade da contratação*”, “*Estimativas das quantidades para a contratação*”, “*Estimativa do valor da contratação*”, “*Justificativas para o parcelamento ou não da contratação*” e o “*Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina*”, além de outras definições de forma facultativa e, haja vista que tal documento, ao ser incluído como anexo no presente Edital, poderia conflitar com os tópicos constantes no documento Termo de Referência – TR, gerando contradições e informações discordantes entre si e, em atendimento ao **Acórdão nº 2273/2024–Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU e à Lei Federal nº 14.133/21**, esclarecemos que o documento Estudo Técnico Preliminar – ETP, por mais que não esteja anexado no presente Edital, poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município ([www.campinagrandedosul.pr.gov.br/licitacoes](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br/licitacoes)), Sistema Eletrônico de Julgamento Compras BR ([www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)) e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/](http://www.gov.br/pncp/)).

15.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.2.1. **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**, a proposta inicial deverá ser preenchida, obrigatoriamente, de forma eletrônica no sistema eletrônico Compras BR e anexada, facultativamente, no sistema, conforme modelo.

15.2.2. **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, somente para conhecimento dos licitantes.

15.2.3. **ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL**, deverá ser enviado junto aos documentos de habilitação.

15.2.4. **ANEXO IV - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**, a ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação (em caso da realização da visita).

15.2.5. **ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA FORMAL DE VISITA TÉCNICA**, a ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação (em caso da não realização da visita).

15.2.6. **ANEXO VI – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**, somente para conhecimento dos licitantes.

15.2.7. **ANEXO VII - DECLARAÇÃO UNIFICADA**, a ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação.

Campina Grande do Sul, 05 de janeiro de 2026.

Silmara Aparecida Giacomitti Belo  
**Secretária Municipal de Administração**

**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2026**

**IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO E DEMAIS INFORMAÇÕES:**

<b>Pregão Eletrônico nº.</b>	01/2026
<b>Objeto da licitação:</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
<b>Valor Total da Proposta</b>	R\$ 2.454.967,22 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos)
<b>Prazo de validade da proposta:</b>	180 (cento e oitenta) dias
<b>Prazo de entrega/execução</b>	Em até 48(quarenta e oito) horas após o recebimento da nota de empenho.
<b>Local da entrega/execução</b>	Os Locais de Execução estão indicados no item 5.2. do Anexo II - Termo de Referência.

**IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

<b>Empresa:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Representante:</b>	
<b>Telefone:</b>	
<b>E-mail:</b>	

**PLANILHA – QUANTIDADE – ESPECIFICAÇÕES – VALORES MÁXIMOS**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
1	AULA DE ATLETISMO	H/A	493	35,00	17.255,00
2	AULA DE BALLET	H/A	2.858	57,50	164.335,00
3	AULA DE BASQUETE	H/A	966	35,00	33.810,00

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
4	AULA DE CORRIDA DE ORIENTAÇÃO	H/A	1.439	37,00	53.243,00
5	AULA DE DANÇA CONTEMPORÂNEA	H/A	493	47,80	23.565,40
6	AULA DE DANÇA DE RUA	H/A	1.912	40,00	76.480,00
7	AULA DE DANÇA LIVRE	H/A	966	40,00	38.640,00
8	AULA DE ESPORTE PARA IDOSOS	H/A	966	41,31	39.905,46
9	AULA DE FUTEBOL	H/A	1.912	35,76	68.373,12
10	AULA DE FUTSAL	H/A	2.858	35,00	100.030,00
11	AULA DE GINÁSTICA	H/A	2.858	39,00	111.462,00
12	AULA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA E RÍTMICA	H/A	1.912	39,00	74.568,00
13	AULA DE HIDROGINÁSTICA	H/A	966	44,38	42.871,08
14	AULA DE INFORMÁTICA	H/A	2.385	42,00	100.170,00
15	AULA DE KICKBOXING	H/A	966	40,00	38.640,00
16	AULA DE MUAY THAI	H/A	1.439	53,05	76.338,95
17	AULA DE NATAÇÃO	H/A	966	41,00	39.606,00
18	AULA DE PILATES	H/A	1.912	38,00	72.656,00
19	AULA DE TREINO FUNCIONAL	H/A	493	42,50	20.952,50
20	AULA DE VIOLÃO	H/A	2.385	43,67	104.152,95
21	AULA DE VÔLEI E VÔLEI PRAIA	H/A	1.912	44,50	85.084,00
22	AULA DE YOGA	H/A	2.858	45,00	128.610,00
23	AULAS DE HANDEBOL	H/A	966	35,00	33.810,00
24	AULAS DE JIU JITSU	H/A	1.439	66,35	95.477,65
25	AULAS DE KARATÊ TRADICIONAL	H/A	2.858	40,00	114.320,00
26	AULAS DE PRÁTICA ESPORTIVA	HR	1.912	39,00	74.568,00
27	COORDENADOR PEDAGÓGICO	H/A	1.912	75,00	143.400,00

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
28	OFICINA DE CANTO	H/A	1.439	89,00	128.071,00
29	OFICINA DE CAPOEIRA	H/A	1.912	39,00	74.568,00
30	OFICINA DE DESENHOS EM QUADRINHOS	H/A	966	38,00	36.708,00
31	OFICINA DE SMARTPHONE	H/A	966	45,00	43.470,00
32	OFICINAS DE ARTESANATO	HRS	2.858	45,00	128.610,00
33	OFICINAS DE TEATRO	HRS	1.439	49,49	71.216,11

**OBSERVAÇÕES:**

- A licitante deverá cadastrar sua proposta inicial, obrigatoriamente, por meio do sistema eletrônico Compras BR ([www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)).
- Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.
- A proposta inicial impressa, poderá, ser anexada no sistema Compras BR ([www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)), em modelo próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, contendo as informações conforme Anexo I – Modelo de Proposta.
- O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor, após o encerramento da disputa de lances, a apresentação da proposta ajustada.
- O licitante deverá atender todas as condições contidas no Anexo I, como: prazos de entrega/execução, validade da proposta, vigência, forma de apuração, local de entrega e as demais condições e obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e na Minuta do instrumento contratual.
- Nos preços ofertados deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Campina Grande do Sul, XX de XXXXXX de 2025.

---

**Representante legal  
Razão Social Empresa  
CNPJ**

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVOS, PRAZO DE VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea a) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;”***

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OFICINAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, VISANDO ATENDER OS PROJETOS E PROGRAMAS OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** nos termos da tabela do pedido de compra nº. 6774/2024.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP - Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação **não se enquadra** como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura da Ata/Contrato, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A Administração poderá rescindir o contrato, sem qualquer ônus, caso avalie que a manutenção do ajuste não representa mais uma vantagem ou oportunidade para o interesse público ou não configura mais uma relação vantajosa.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea b) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;”***

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada no tópico **“1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE”** constante no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea c) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;”***

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no tópico **“7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO”** constante no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea d) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“d) requisitos da contratação;”***

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados no tópico **“3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO”** constante no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea e) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;”***

## **Condições de Entrega**

**5.1.** A entrega será feita **PARCELADAMENTE**, de acordo com as autorizações emitidas nos locais relacionados. A execução do objeto será autorizada através da NAD (Nota de Autorização de Despesa) e Nota de empenho.

### **5.2. Sobre o início e a realização das oficinas:**

As oficinas iniciarão em fevereiro/2026, e serão ministradas nos seguintes locais: Jardim Paulista, Jardim Flórida, Jardim Santa Rita de Cássia, Jardim Santa Rosa, João Paulo II, Sede e Área Rural (Jaguatirica, Taquari, Paiol de Baixo, Barro Branco, Cerne, Ribeirão e Represa), atendendo em média 3500 alunos por ano. A distância das localidades com relação à sede do Município varia entre 8 (oito) e 50 (cinquenta) quilômetros.

O total de horas será dividido entre as localidades, de acordo com a demanda e procura dos alunos.

**Os serviços deverão obedecer aos horários, tempo de duração e localidades estabelecidos pela Contratante, podendo a mesma alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, informando à Fornecedora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências devidas. Devendo para**

### **5.3. PERIODICIDADE:**

- **Oficinas no período da manhã:** O horário para realização das oficinas será das 08h às 12h, conforme definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O horário da execução dos serviços deverá ser ajustado, se for o caso, dentro do horário normal de funcionamento de cada Unidade em que as oficinas serão realizadas.

- **Oficinas no período da tarde:** O horário para realização das oficinas será das 13:30h às 17:30h, conforme definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O horário da execução dos serviços deverá ser ajustado, se for o caso, dentro do horário normal de funcionamento de cada Unidade em que as oficinas serão realizadas.

- **Oficinas no período da noite:** O horário para realização das oficinas será das 18h às 22h, conforme definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O horário da execução dos serviços deverá ser ajustado, se for o caso, dentro do horário normal de funcionamento de cada Unidade em que as oficinas serão realizadas.

### **5.4. DAS ATRIBUIÇÕES:**

**5.4.1. ARTESANATO:** As aulas de artesanato têm como objetivo ensinar as mais diversas técnicas de trabalhos manuais, com todo material necessário para executá-las, bem como promover e fortalecer as relações comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.2. ATLETISMO:** Tem a finalidade de iniciar adultos no atletismo, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. Proporcionar atividades de alongamento, aquecimento, fortalecimento muscular, atividades de integração grupal, corrida e exercícios direcionados da modalidade, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.3. BALLET:** Tem a finalidade de iniciar crianças e adolescentes no Ballet clássico, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico, além de conhecimento da música clássica e moderna. Proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, do ritmo, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e artística dos atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.4. BASQUETE:** Iniciação a prática do basquete. **Com a finalidade de iniciar alunos entre crianças e adolescentes no Basquete, bem como treinamento técnico e tático avançado para equipes competitivas participantes dos jogos da juventude, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes** atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.5. CANTO:** Iniciação ao canto. Desenvolver a criatividade dos participantes, promover a autodisciplina e despertar a consciência rítmica e estética. Promover por meio das aulas de canto, um terreno favorável para a imaginação quando despertada as faculdades criadoras de cada indivíduo, **visando a integração social e artística dos munícipes** atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.6. CAPOEIRA:** Iniciação a prática da capoeira. Com a finalidade de iniciar alunos, entre crianças, adolescentes e adultos na Capoeira, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.7. CORRIDA DE ORIENTAÇÃO:** Iniciação a prática de corrida de orientação. Com a finalidade de iniciar alunos, entre crianças e adolescentes na Corrida de Orientação, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.8. DANÇA DE RUA:** Iniciação a prática de dança de rua. Com a finalidade de iniciar alunos entre crianças e adolescentes na dança, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.9. DANÇA CONTEMPORÂNEA:** As aulas têm como objetivo proporcionar contato com a dança contemporânea, aos adultos. Proporcionando aulas dinâmicas, alegres e divertidas, melhorando a flexibilidade, coordenação motora, equilíbrio, fortalecimento muscular e cardiovascular. A dança promove bem-estar, relaxamento, concentração, memorização, aumento da autoestima, aprendem a expressar com o corpo sentimentos, emoções e sensações, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.10. DANÇA LIVRE:** As aulas de dança têm como objetivo proporcionar aos idosos contato com diversos estilos de dança. Proporcionando aulas dinâmicas, alegres e divertidas, melhorando a flexibilidade, coordenação motora, equilíbrio, fortalecimento muscular e cardiovascular. A dança promove bem-estar, relaxamento, concentração, memorização, aumento da autoestima, aprendem a expressar com o corpo sentimentos, emoções e sensações, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.11. DESENHO EM QUADRINHOS:** Iniciação à prática de desenhos em quadrinhos. Com o intuito de atender diferentes propostas que contribuem para a formação de valores e para o exercício da cidadania, através de histórias reais ou fictícias, abordando também nas aulas, temas relevantes que proporcionem a reflexão e a conscientização em diversos aspectos, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.12. ESPORTE PARA IDOSOS:** As aulas de atividades desportivas englobam várias modalidades esportivas que foram adaptadas na forma de execução do jogo, as regras, os equipamentos, para possibilitar o desenvolvimento de habilidades corporais e diversão entre os alunos da melhor idade. O objetivo das aulas é promover a inclusão social, saúde e bem-estar, estimulando a prática de várias modalidades esportivas em grupo e individuais, oportunizando que esses alunos participem a nível estadual de torneios e campeonatos, além de visar a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.13. GINÁSTICA:** Tem a finalidade de iniciar adultos e idosos na ginástica, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. Proporcionar atividades de alongamento, aquecimento, fortalecimento muscular, atividades de integração grupal, e exercícios direcionados da modalidade, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.14. GINÁSTICA ARTÍSTICA e RÍTMICA:** Iniciação a prática da ginástica artística e rítmica. Com finalidade de iniciar alunos, crianças e adolescentes na ginástica artística e rítmica, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.15. HANDEBOL:** Iniciação a prática do handebol. Com finalidade de iniciar alunos, entre crianças e adolescentes no Handebol, bem como treinamento técnico e tático avançado para equipes competitivas participantes dos jogos da juventude, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.16. HIDROGINÁSTICA:** As aulas de hidroginástica para idosos tem intuito de promover capacidade aeróbica, força muscular, flexibilidade, equilíbrio, correção postural, conhecimento corporal, e também reeducação respiratória, visando a integração social dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.17. INFORMÁTICA:** Iniciação à informática. Orientar e realizar atividades de informática, apresentando ferramentas de conhecimento técnico e inclusão digital, visando inserir os participantes no mundo tecnológico; contribuir para a formação de uma sociedade informatizada através de conteúdos diversificados distribuídos em teorias e práticas, visando a integração social dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.18. JIU-JITSU:** Iniciação a prática do Jiu-Jitsu. Com finalidade de iniciar alunos entre crianças, adolescentes e adultos no Jiu-Jitsu, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.19. KARATE TRADICIONAL:** Iniciação a prática do karatê tradicional. Com finalidade de iniciar alunos entre crianças, adolescentes, adultos e idosos no karatê tradicional, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.20. KICKBOXING:** Iniciação a prática do kickboxing. Com finalidade de iniciar alunos entre crianças e adolescentes no Kickboxing, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos municípios atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.21. COORDENADOR PEDAGÓGICO:** As funções pedagógicas serão para coordenar as atividades desportivas e culturais no âmbito didático educacional compatível com as respectivas faixas etárias dos participantes, monitorar fichas de inscrições, quantidade de participantes por turma, planejamentos e metodologias de ensino adequadas, entre outras funções que deverão ser ministradas de acordo com o plano de ação aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**5.4.22. MUAY THAI:** Iniciação a prática do muay thai. Com finalidade de iniciar alunos entre crianças, adolescentes e adultos no Muay Thai, bem como oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos municípios atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.23. NATAÇÃO:** As aulas de natação para idosos possibilitam desenvolver habilidades básicas como flutuação, respiração, movimento, beneficiando o aluno pois minimiza o impacto nas articulações e reduz lesões. Proporcionará fortalecimentos cardiorrespiratórios e bem-estar, visando a integração social e esportiva dos municípios atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.24. PILATES:** Iniciação a prática do Pilates, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico, fortalecendo a musculatura e prevenindo a rigidez muscular associada ao envelhecimento. Melhora na postura corporal, bem-estar e qualidade de vida, prevenção de doenças ósseas, visando a integração social e artística dos municípios atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.25. PRÁTICA ESPORTIVA:** Iniciação a prática esportiva, nas modalidades de futsal, basquete, vôlei e handebol para crianças de 6 à 8 anos. Com finalidade de iniciar crianças na atividade física, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos municípios atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.26. SMARTPHONE:** As aulas de smartphone para os idosos é uma maneira de inseri-los ao mundo digital, proporcionando uma independência nas tarefas do dia a dia, como acesso aos aplicativos de bancos, aplicativos de transportes, redes sociais e consultas online, dando uma autonomia maior é

possível garantir qualidade de vida e interação social. Além de proporcionar estímulos a memória, raciocínio, enfim, toda a função cognitiva ativada, visando a integração social dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.27. TEATRO:** Iniciação ao teatro para crianças, adolescentes e adultos. Promover por meio dos jogos teatrais de processos de socialização e criatividade, desenvolvendo nos participantes a capacidade de comunicação pelo corpo em processos de reconhecimento em práticas coletivas. Iniciação teatral, história do teatro e circo, contação de histórias, jogos teatrais e improvisação, expressão corporal, formação do ator, leitura dramática e criação de personagens, formação de grupo e montagem de espetáculo, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.28. TREINO FUNCIONAL:** Tem a finalidade de oferecer uma oportunidade de prática de exercício físico, com aplicação de treino funcional. Proporcionar atividades de alongamento, aquecimento, fortalecimento muscular, atividades de integração grupal, exercícios direcionados da modalidade, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.29. VIOLÃO:** Iniciação ao aprendizado da música e violão, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. Trabalhar todas as potencialidades do instrumento, através da divisão em pequenos módulos, de forma gradual, desenvolver no aluno habilidades gerais e específicas relacionadas à musicalidade com o foco na execução musical com violão, desenvolvendo a musicalização junto aos participantes do projeto, buscando como resultado final a inclusão sociocultural através da prática da música, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.30. VÔLEI E VÔLEI PRAIA:** Iniciação ao vôlei de quadra e vôlei de areia. Com finalidade de iniciar crianças, adolescentes e adultos no vôlei de quadra e vôlei de areia, bem como treinamento técnico e tático avançado para equipes competitivas participantes dos jogos da juventude, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.31. YOGA:** Tem a finalidade de oferecer aos adultos e idosos uma oportunidade de prática de exercício físico, por meio de atividades que ofereçam qualidade de vida, contribuindo com a autoestima, diminuindo os níveis de ansiedade e estresse, relaxamento e reflexão, com potencial terapêutico e neuromuscular, visando a integração social e artística dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.32. FUTEBOL:** Iniciação a prática do futebol. Com a finalidade de iniciar alunos, entre crianças e adolescentes no Futebol, bem como treinamento técnico e tático avançado para equipes competitivas participantes dos jogos da juventude, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

**5.4.33. FUTSAL:** Iniciação a prática do futsal. Com a finalidade de iniciar alunos, entre crianças e adolescentes no Futsal, bem como treinamento técnico e tático avançado para equipes competitivas participantes dos jogos da juventude, oferecendo uma oportunidade de prática de exercício físico. As oficinas proporcionam o desenvolvimento do espírito de equipe, da consciência corporal, da percepção do espaço e do tempo, bem como da concentração, visando a integração social e esportiva dos munícipes atendidos pelos equipamentos sociais vinculados a esta Secretaria.

<b>Qtde semanal</b>	<b>Total horas/mês</b>	<b>Total horas/Ano</b>	<b>Horas Extras</b>	<b>Total geral</b>	<b>Descrição</b>
60	258	2838	20	2858	ARTESANATO
10	43	473	20	493	ATLETISMO
60	258	2838	20	2858	BALLET
20	86	946	20	966	BASQUETE
30	129	1419	20	1439	CANTO
40	172	1892	20	1912	CAPOEIRA
30	129	1419	20	1439	CORRIDA DE ORIENTAÇÃO
10	43	473	20	493	DANÇA CONTEMPORÂNEA
40	172	1892	20	1912	DANÇA DE RUA
20	86	946	20	966	DANÇA LIVRE
20	86	946	20	966	DESENHO EM QUADRINHOS
20	86	946	20	966	ESPORTE PARA IDOSOS
60	258	2838	20	2858	GINASTICA
40	172	1892	20	1912	GINASTICA ARTISTICA
20	86	946	20	966	HANDEBOL
20	86	946	20	966	HIDROGINÁSTICA
50	215	2365	20	2385	INFORMÁTICA

30	129	1419	20	1439	JIU JITSU
60	258	2838	20	2858	KARATE TRADICIONAL
20	86	946	20	966	KICKBOXING
40	172	1892	20	1912	COORD PEDAGÓGICO
30	129	1419	20	1439	MUAY THAI
20	86	946	20	966	NATAÇÃO
40	172	1892	20	1912	PILATES
40	172	1892	20	1912	PRATICA DESPORTIVA
20	86	946	20	966	SMARTPHONE
30	129	1419	20	1439	TEATRO
10	43	473	20	493	TREINO FUNCIONAL
50	215	2365	20	2385	VIOLÃO
40	172	1892	20	1912	VÔLEI E VÔLEI PRAIA
60	258	2838	20	2858	YOGA
40	172	1892	20	1912	FUTEBOL
60	258	2838	20	2858	FUTSAL

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5. PLANO DE TRABALHO:** As oficinas deverão ser ministradas de acordo com Plano de trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O índice de cálculo para hora/aula mensal e anual é multiplicado por 4,3 (quatro vírgula três) semanas; O número de oficinas é estimativo, não se obrigando esta Administração a contratar todo o quantitativo licitado. A Empresa deverá comprovar a condição técnica do Profissional conforme item 8 deste Termo.

**5.6. PROPOSTA DAS OFICINAS:** A oficina é uma modalidade de iniciação esportiva, artística ou socioeducativa, vinculada à educação formal e ampliada, de duração variada. As propostas de oficinas deverão ser de atividades práticas e teóricas que exercitem a experimentação, vivência e/ou a reflexão acerca dos seus conteúdos. As turmas serão formadas de acordo com a demanda e terá como público-alvo crianças, adolescentes, adultos e idosos incluídos no Programa Bolsa Família, CAD Único, encaminhados pelos equipamentos sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e pela saúde para oficinas terapêuticas. Uma vez ao mês as oficinas deverão ser voltadas para qualificação social, a serem trabalhadas em conjunto com as equipes técnicas da Secretaria, podendo ter os seguintes temas: • Valores humanos, ética e cidadania; • Educação ambiental, higiene pessoal,

promoção da qualidade de vida; • Formação de cooperativas e direitos trabalhistas; • Empreendedorismo; • Autoestima e autonomia.

5.7. As oficinas serão ministradas semanalmente: **MANHÃ/TARDE/NOITE**. As oficinas terão duração de 1 (uma) hora, com no máximo 30 alunos por turma. Poderá haver troca de locais e horários conforme demanda. Além do quadro atual de horas-aulas, haverá no final do ano Festivais Artísticos e Esportivos, os quais demandam horas extras para organização, bem como para acompanhamento dos alunos durante as apresentações e competições, que ocorrerão fora do horário normal de oficinas. Esporadicamente serão necessárias oficinas nos finais de semana e/ou participação em eventos esportivos dentro da carga horária especificada. O total de horas é dividido entre as localidades, de acordo com a demanda e procura dos alunos. O horário da execução dos serviços poderá ser ajustado, se for o caso, dentro do horário normal de funcionamento de cada Unidade em que as oficinas serão realizadas.

#### 5.8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Indicador	
<b>Indicador 001 – Assiduidade da contratada</b>	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir que os serviços sejam realizados; Garantir qualidade do serviço prestado; Cumprir a carga horária contratada.
<b>Meta a cumprir</b>	100% das horas solicitadas.
<b>Instrumento de medição</b>	Visitas "in loco" e relatório mensal.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Acompanhamento "in loco" do fiscal de contratos designado; Relatórios mensais do Coordenador do curso a ser realizado.
<b>Periodicidade</b>	Mensal.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Medição do serviço realizado, planilhado pelo coordenador designado, anexando diário de classe.
<b>Início de Vigência</b>	Após assinatura do contrato
<b>Sanções</b>	De acordo com previsto em Contrato.
<b>Observações</b>	Substituição de profissional em caso de ausência e sempre previamente avisado.

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### Da exigência de amostra

5.10. Na presente contratação não será exigida apresentação de amostras.

## Obrigações das partes

### 5.11. Obrigações da CONTRATADA

5.11.1. Prestar os serviços na forma proposta e contratada, em conformidade com as especificações deste termo;

5.11.2. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços entregues, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

5.11.3. Manter, durante toda a execução da Ata/Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.11.4. Prover o adequado transporte e manuseio de eventuais materiais relacionados à presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

5.11.5. Comunicar expressamente à Administração, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata/Contrato.

5.11.6. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos. 5.11.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE.

5.11.8. Cumprir todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e de construção civil, bem como as previstas na legislação específica: encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.

5.11.9. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão da execução desta Ata, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, podendo este prazo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor referente ao ressarcimento: da fatura a vencer, da garantia prestada, ou, ainda, em Juízo.

5.11.10. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros.

5.11.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Administração.

5.11.12. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

5.11.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante.

5.11.14. A Secretaria requisitante, poderá através da equipe do Departamento de Desporto, solicitar a substituição de profissional se for constatado desvio de conduta desportiva ou falta de profissionalismo em suas funções. Os profissionais excluídos deverão ser substituídos pela Contratada em tempo hábil para realização das aulas. Os substitutos deverão apresentar provas de capacitação dos mesmos.

5.11.15. A contratada deverá encaminhar à Administração Pública, no prazo máximo de até 15 dias do início das atividades, a comprovação do vínculo entre a contratada e o profissional responsável pela ministração das atividades, com a respectiva documentação que comprove a expertise deste para a atividade designada;

5.11.15.1. Caso a Administração não aceite o profissional indicado, a qual se dará por motivo fundamentado, caberá à contratada a apresentação de novo profissional no prazo de cinco dias.

### 5.12. Obrigações da CONTRATANTE (PREFEITURA)

5.12.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.12.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.12.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

5.12.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.12.7. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, será responsável por:**

a) Estrutura;

b) Pessoal especializado para realização de manutenção, conservação e apoio;

c) Oferecer orientações nos mais diversos temas, para intensificar a execução das atividades, assim como favorecer melhor compreensão das modalidades propostas.

d) Disponibilizar materiais e equipamentos necessários para o funcionamento das aulas.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea f) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;”***

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos e observar e executar as demais atribuições conforme regulamento. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Instrução Normativa Conjunta Municipal nº 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº 2.139, de 20 de dezembro de 2023).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e observar e executar as demais atribuições conforme regulamento. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI e Instrução Normativa Conjunta Municipal nº 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº 2.139, de 20 de dezembro de 2023).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - PR

CEP: 83430-000 - Fone: (41) 3162-7000

[www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário e observar e executar as demais atribuições conforme regulamento. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 e Instrução Normativa Conjunta Municipal nº 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº 2.139, de 20 de dezembro de 2023).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração e observar e executar as demais atribuições conforme regulamento. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV e Instrução Normativa Conjunta Municipal nº 07/2023, ratificada pelo Decreto Municipal nº 2.139, de 20 de dezembro de 2023).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea g) da Lei Federal nº 14.133/21: **“g) critérios de medição e de pagamento;”**

7.1. - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Campina Grande do Sul, através da equipe técnica, realizará acompanhamento da execução dos serviços;

7.2. As avaliações dar-se-ão mensalmente após a assinatura do contrato;

7.3. O Município de Campina Grande do Sul reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente.

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados;

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Recebimento da prestação dos serviços**

7.6. Os serviços deverão ser executados nas condições expostas no presente Termo de Referência, e:

7.6.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório dos Serviços Prestados. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.2. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.6.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.6.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.6.5. Comunicar a instituição para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à instituição para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **02 (dois) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas no Tribunal de Contas da União – TCU – pelo site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> (Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - pelo site <http://www1.tce.pr.gov.br> (Consulta de Impedidos de Licitar).

7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.2. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será realizado **em até 28 (vinte e oito) dias corridos, após a apresentação da Nota Fiscal**, a cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante declaração de aferição do serviço pela fiscalização da contratante (descontadas as horas não realizadas), sendo efetuado crédito em conta corrente em banco e agência indicada pelo fornecedor na proposta.

7.15. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação, caso seja constatada alguma restrição, o pagamento será suspenso até que a situação documental se regularize. As Notas Fiscais deverão ser entregues mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, acompanhadas de suas certidões negativas; Cópia do Empenho correspondente; Relação dos funcionários que estão prestando serviços neste Município, com a correspondente comprovação de pagamento dos mesmos (folha de pagamento, RPA e/ou holerite) e de todos os encargos trabalhistas referentes ao mês anterior da prestação dos serviços. Não havendo esta comprovação, o pagamento será retido até o atendimento integral.

7.16. A contratada será remunerada exclusivamente pelos atendimentos realizados, sendo vedada: a cobrança de qualquer sobretaxa; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional(s); aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie; cobrança de depósito e/ou caução de qualquer natureza;

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, e:

7.18.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea h) da Lei Federal nº 14.133/21: **“h) forma e critérios de seleção do fornecedor;”**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

#### **Habilitação jurídica**

8.3. O licitante deverá apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica conforme exigido no Edital da licitação.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.4. O licitante deverá apresentar os documentos referentes à habilitação fiscal, social e trabalhista conforme exigido no Edital da licitação.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.5. O licitante deverá apresentar os documentos relativos à qualificação econômico-financeira conforme exigido no Edital da licitação.

#### **Exigências de documentação complementar**

**8.6. Em até 05 (cinco) dias úteis após o término da licitação, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos:**

– **Comprovação de vínculo empregatício entre a empresa e os profissionais que executarão os serviços** objeto desta licitação, através de uma das seguintes formas (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original):

**a) contrato social**, no caso de sócio;

**b) carteira de trabalho**, das folhas em que constem os dados pessoais e o registro de empregado;

**c) contrato particular de prestação de serviço** (com firma reconhecida do profissional);

**d) contrato preliminar de trabalho ou de prestação de serviço** (com firma reconhecida do profissional);

**e) prova de sua eleição como diretor(a)** da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório.

**8.7. Comprovação da qualificação técnica dos profissionais que ministrarão as oficinas objeto desta licitação:**

**8.7.1 Profissionais de Atletismo, Basquete, Corrida de Orientação, Esporte para Idosos, Ginástica, Futebol, Futsal, Ginástica Artística, Handebol, Hidroginástica, Natação, Pilates, Prática Esportiva, Treino Funcional, Vôlei e Vôlei de praia:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Educação Física, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.2 Profissionais de Capoeira, Jiu Jitsu, Karatê tradicional, Kickboxing, Muay Thai:** Certificado de Graduação como instrutor, ou outro documento equivalente, expedido por instituição de artes marciais devidamente registrada com CNPJ (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.3 Profissionais de Ballet e Dança Contemporânea:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Dança, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.4 Profissional de Desenho em quadrinhos:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Educação Artística ou Artes Visuais, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.5 Profissional de Canto:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Canto, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.6 Profissional de Violão:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Bacharel ou Licenciatura em Música, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.7 Profissional de Teatro:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Formação Técnica, Bacharel ou Licenciatura em Teatro ou Artes Cênicas, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.8 Profissionais de Artesanato, Dança de Rua, Dança Livre, Informática, Smartphone e Yoga:** Certificado de Graduação como instrutor, ou outro documento equivalente, expedido por instituição devidamente registrada com CNPJ (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original);

**8.7.9. Coordenador pedagógico:** Certificado de Conclusão de Curso, ou outro documento equivalente, de Pedagogia ou Educação Física, expedido por instituição de Ensino Superior, devidamente reconhecido pelo MEC (cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original).

Caso a empresa não cumpra as determinações acima, esta será desclassificada do certame, ficando sujeita à aplicação das sanções cabíveis através do competente processo administrativo.

**8.7.10. Declaração** de que dispõe de pessoal mínimo necessário a perfeita e completa execução do objeto da licitação, (conforme modelo anexo I);

### **Qualificação Técnica**

**8.8. Atestado de visita técnica:** a empresa proponente deverá agendar visita técnica, para tomar ciência dos locais onde serão prestados os serviços, observando todos os custos diretos e indiretos que não façam parte dos serviços determinados na proposta. Os interessados deverão contatar a servidora Lílian de Araújo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em até 96 (noventa e seis) horas antes da abertura do certame, no horário das 08h30 às 12 h e das 13h30 às 17h30, através do telefone (41) 3162-7234. Após a visita será emitido atestado de visita técnica (anexo II), o qual deverá ser apresentado pelas licitantes acompanhado de os documentos de habilitação. Caso o interessado opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir declaração assumindo todos os riscos (conforme modelo no anexo III). Com a emissão da declaração, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos ou quaisquer outros fatores inerentes.

### **8.9. Atestado de Capacidade Técnica**

**Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, produtos similares, em quantidade e características, ao objeto da presente licitação.

**a)** O atestado deverá conter os itens e as respectivas quantidades, bem como, informações necessárias para confirmação de sua autenticidade junto ao emissor.

**b)** Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Agente de Contratação, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Art. 6º, inciso XXIII, alínea i) da Lei Federal nº 14.133/21: ***“i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;”***

**9.1. Considerando os valores cotados verifica-se que a contratação presente está estimada em R\$ 1.910.370,00 (um milhão novecentos e dez mil e trezentos e setenta reais) para utilização em 12 (doze) meses, conforme planilha abaixo.**

**AULAS EM GERAL - DEPARTAMENTO ESPORTES**

QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	PG 97/2023	ORÇAMENTO 01 MATEUS ARTHUR KUCHE	ORÇAMENTO 02 NEGOCIOS DE SANTI	ORÇAMENTO 03 FABIANO DA SILVA BASTOS	ORÇAMENTO 04 BRAGA SERVIÇOS LTDA	ORÇAMENTO 05 MAXMULLER ALLEBRANDT DA LUZ	ORÇAMENTO 06 BORRI & DOGNINI LTDA	ORÇAMENTO 07 MUNICIPIO SANTO ANTONIO PARAISO	ORÇAMENTO 08 MUNICIPIO PLANALTO	ORÇAMENTO 09 MUNICIPIO MANDAGUAÇU	ORÇAMENTO 10 MUNICIPIO JAGUARIUNA	ORÇAMENTO 11 MUNICIPIO TOCO DO MOJI	ORÇAMENTO 12 MUNICIPIO SAO MIGUEL DO IGUAÇU	ORÇAMENTO 13 BANCO DE PREÇOS	PREÇO MEDIO	PREÇO TOTAL	MENOR PREÇO TOTAL				
966	HORA/ AULA	AULAS DE HANDEBOL		R\$ 35,00	R\$ 35,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00				R\$ 35,00				R\$ 48,89	R\$ 49,78	R\$ 48.084,72	R\$ 33.810,00			
1439	HORA/ AULA	AULAS DE JIU JITSU	R\$ 52,65	R\$ 35,00	R\$ 65,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00								R\$ 67,70	R\$ 61,21	R\$ 88.078,79	R\$ 50.365,00			
2858	HORA/ AULA	AULAS DE KARATE TRADICIONAL	R\$ 36,25	R\$ 35,00	R\$ 40,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00	R\$ 28,44							R\$ 41,00	R\$ 49,14	R\$ 140.446,20	R\$ 100.030,00			
1912	HORA/ AULA	AULAS DE PRÁTICA ESPORTIVA	R\$ 28,00	R\$ 35,00	R\$ 39,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00	R\$ 29,00							R\$ 44,50	R\$ 49,58	R\$ 94.794,23	R\$ 66.920,00			
1912	HORA/ AULA	C. PEDAGÓGICO (OFICINAS DE MONITOR SOCIAL)		R\$ 35,00	R\$ 100,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00								R\$ 180,00	R\$ 84,93	R\$ 162.376,60	R\$ 66.920,00			
493	HORA/ AULA	AULA DE ATLETISMO	R\$ 35,25	R\$ 35,00	R\$ 35,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00				R\$ 35,00				R\$ 53,51	R\$ 51,15	R\$ 25.217,65	R\$ 17.255,00			
2858	HORA/ AULA	AULA DE BALET		R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 144,00	R\$ 35,00	R\$ 75,00		R\$ 70,00	R\$ 80,00					R\$ 103,00	R\$ 73,38	R\$ 209.705,75	R\$ 100.030,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE BASQUETE		R\$ 35,00	R\$ 37,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00				R\$ 35,00				R\$ 25,00	R\$ 46,65	R\$ 45.063,90	R\$ 33.810,00			
1439	HORA/ AULA	OFICINA DE CANTO		R\$ 35,00	R\$ 95,00		R\$ 122,00	R\$ 35,00	R\$ 95,00								R\$ 89,00	R\$ 78,50	R\$ 112.961,50	R\$ 50.365,00			
1912	HORA/ AULA	OFICINA DE CAPOEIRA	R\$ 36,25	R\$ 35,00	R\$ 38,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00		R\$ 65,00						R\$ 39,00	R\$ 53,08	R\$ 101.486,23	R\$ 66.920,00			
1439	HORA/ AULA	AULA DE CORRIDA DE ORIENTAÇÃO		R\$ 35,00	R\$ 37,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00								N TEM	R\$ 53,31	R\$ 76.713,09	R\$ 50.365,00			
493	HORA/ AULA	AULA DE DANÇA CONTEMPORANEA	R\$ 36,99	R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00						R\$ 53,25		R\$ 50,60	R\$ 54,06	R\$ 26.650,17	R\$ 17.255,00			
1912	HORA/ AULA	AULA DE DANÇA DE RUA	R\$ 36,99	R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00								R\$ 40,00	R\$ 52,43	R\$ 100.236,60	R\$ 66.920,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE DANÇA LIVRE	R\$ 36,99	R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00	R\$ 31,00							R\$ 57,00	R\$ 51,79	R\$ 50.031,90	R\$ 33.810,00			
966	HORA/ AULA	OFICINA DE DESENHO EM QUADRINHOS		R\$ 35,00	R\$ 38,00		R\$ 122,00	R\$ 35,00	R\$ 95,00								N TEM	R\$ 65,00	R\$ 62.790,00	R\$ 33.810,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE ESPORTE PARA IDOSOS		R\$ 35,00	R\$ 36,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 82,00								R\$ 46,62	R\$ 53,20	R\$ 51.386,37	R\$ 33.810,00			
1912	HORA/ AULA	AULA DE FUTEBOL	R\$ 29,00	R\$ 35,00	R\$ 37,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00		R\$ 65,00		R\$ 35,00				R\$ 35,76	R\$ 50,29	R\$ 96.152,09	R\$ 66.920,00			
2858	HORA/ AULA	AULA DE FUTSAL	R\$ 31,90	R\$ 35,00	R\$ 37,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00				R\$ 35,00				R\$ 30,00	R\$ 47,36	R\$ 135.367,13	R\$ 100.030,00			
2858	HORA/ AULA	AULA DE GINÁSTICA	R\$ 35,90	R\$ 35,00	R\$ 39,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 82,00				R\$ 35,00				R\$ 53,75	R\$ 52,04	R\$ 148.738,49	R\$ 100.030,00			
1912	HORA/ AULA	AULA DE GINÁSTICA ARTISTICA E RITMICA	R\$ 35,90	R\$ 35,00	R\$ 39,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 82,00				R\$ 35,00				R\$ 53,75	R\$ 52,04	R\$ 99.505,94	R\$ 66.920,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE HIDROGINÁSTICA		R\$ 35,00	R\$ 105,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 85,00				R\$ 35,00				R\$ 53,75	R\$ 61,90	R\$ 59.795,40	R\$ 33.810,00			
2385	HORA/ AULA	AULA DE INFORMÁTICA		R\$ 35,00	R\$ 65,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 75,00								R\$ 42,00	R\$ 56,09	R\$ 133.778,63	R\$ 83.475,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE KICKBOXING		R\$ 35,00	R\$ 40,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00								N TEM	R\$ 54,91	R\$ 53.043,06	R\$ 33.810,00			
1439	HORA/ AULA	AULA DE MUAY THAI		R\$ 35,00	R\$ 40,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00		R\$ 68,00						R\$ 53,05	R\$ 56,51	R\$ 81.324,06	R\$ 50.365,00			
966	HORA/ AULA	AULA DE NATAÇÃO		R\$ 35,00	R\$ 110,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 85,00				R\$ 35,00				R\$ 47,00	R\$ 61,65	R\$ 59.553,90	R\$ 33.810,00			
1912	HORA/ AULA	AULA DE PILATES	R\$ 37,25	R\$ 35,00	R\$ 38,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00				R\$ 35,00				R\$ 55,00	R\$ 51,79	R\$ 99.027,94	R\$ 66.920,00			
966	HORA/ AULA	OFICINA DE SMARTPHONE		R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00								N TEM	R\$ 55,91	R\$ 54.009,06	R\$ 33.810,00			
493	HORA/ AULA	AULA DE TREINO FUNCIONAL		R\$ 35,00	R\$ 50,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00				R\$ 35,00				R\$ 66,00	R\$ 55,08	R\$ 27.153,74	R\$ 17.255,00			
2385	HORA/ AULA	AULA DE VIOLÃO		R\$ 35,00	R\$ 102,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00						R\$ 40,70		R\$ 43,64	R\$ 60,13	R\$ 143.403,24	R\$ 83.475,00			
1912	HORA/ AULA	AULA DE VÔLEI E VÔLEI PRAIA		R\$ 35,00	R\$ 39,00	R\$ 50,00	R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 80,00				R\$ 35,00				R\$ 55,00	R\$ 51,69	R\$ 98.838,45	R\$ 66.920,00			
2858	HORA/ AULA	AULA DE YOGA		R\$ 35,00	R\$ 45,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 85,00					R\$ 41,52			R\$ 63,05	R\$ 55,59	R\$ 158.872,14	R\$ 100.030,00			
2858	HORA/ AULA	OFICINAS DE ARTESANATO		R\$ 35,00	R\$ 53,00		R\$ 84,55	R\$ 35,00	R\$ 82,00	R\$ 19,70							R\$ 45,00	R\$ 50,61	R\$ 144.635,21	R\$ 100.030,00			
1439	HORA/ AULA	OFICINAS DE TEATRO		R\$ 35,00	R\$ 80,00		R\$ 144,00	R\$ 35,00	R\$ 120,00								R\$ 105,28	R\$ 81,25	R\$ 116.922,86	R\$ 50.365,00			
				RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO															VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 3.106.145,03	R\$ 1.910.370,00
				ANA PAULA JACINTO DE OLIVEIRA															VALOR ESTIMADO MENSAL			R\$ 258.845,42	R\$ 159.197,50
				Departamento Administrativo																			

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 6º, inciso XXIII, alínea j) da Lei Federal nº 14.133/21: “j) **adequação orçamentária;**”

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - Paraná.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**08.002.08.243.0016.6.024 Ações a Cargo do Fundo da Criança e do Adolescente**

3.3.90.9.00.00 Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica Fonte: 1000

**08.007.27.812.0010.6017 Ações a Cargo do Departamento de Esportes**

3.3.90.9.00.00 Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica Fonte: 1000

**08.005.08.241.0015.2.040 Ativ. A cargo do Fundo Mun. dos Direitos do Idoso**

3.3.90.9.00.00 Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica Fonte: 1900

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Campina Grande do Sul, 04 de julho de 2025.

Felipe Veiga  
**Secretário Municipal de Desenvolvimento Social**  
Portaria nº 004/2025

#### RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Ana Paula Jacinto de Oliveira  
**Departamento Administrativo**

Eliane Dos Santos Pedroso  
**Diretora Depto de Ativ. Desportivas, Lazer e Juventude**  
Portaria n.º 642/2025

Andressa Maria Kiche Costacurta  
**Coordenadora Depto de Ativ. Desportivas, Lazer e Juventude**  
Portaria nº 704/2025

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL**

Pregão nº. XX/2025

DECLARO, sob as penas da Lei, para fins desta licitação, que a licitante tem em disponibilidade a mão de obra constante das especificações técnicas, e que possibilitam a execução do serviço no prazo estabelecido no edital.

Campina Grande do Sul, \_\_\_ de \_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

**ANEXO IV**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Pregão nº. xx/2025

Visando dar atendimento às disposições contidas em edital, ATESTO que nesta data, o(a) Sr(a) ....., tendo se apresentado na qualidade de responsável legal da empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº. ...., obteve ciência dos locais onde serão prestados os serviços, observando todos os custos diretos e indiretos que não façam parte dos serviços determinados na proposta e as dificuldades para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da presente licitação.

Campina Grande do Sul, \_\_\_ de \_\_\_ de 2026.

---

Nome e assinatura do responsável legal da licitante

---

Nome e assinatura do representante da Prefeitura

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**

Pregão nº. xx/2025

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº.  
....., sediada na Rua/Avenida  
....., nº. ...., Bairro ....., na  
cidade de ....., estado ....., declara que assume todos os riscos por  
ter optado em não realizar Visita Técnica, requisito previsto no Edital. Declara ainda que tomou  
conhecimento de todos os custos indiretos que não façam parte dos serviços determinados na proposta  
e que está ciente de que esta Administração não aceitará alegações futuras quanto ao  
desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros  
fatores inerentes.

Campina Grande do Sul, \_\_\_ de \_\_\_ de 2026.

---

**Nome e assinatura do responsável legal e carimbo da empresa**

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº**

“**CONTRATO** ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPINA  
GRANDE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ E A  
EMPRESA.....”.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 76.105.600/0001-86, com sede na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, n.º 30, Centro, aqui representado pelo Prefeito Municipal, **LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**; e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_, devidamente qualificada nos autos do processo licitatório, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de **Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº. **01/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Valor unitário e total da contratação:

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua expedição.

2.2. Nos casos de contratações de serviços e fornecimentos contínuos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a definição do art. 6º, XV do mesmo normativo, o prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos e deverá atender as condições abaixo:

- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado;
- 2.2.2. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo;
- 2.2.3. O **contrato** não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;
- 2.2.4. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- 2.2.5. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.6. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.7. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.8. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Edital do processo licitatório.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor unitário e total da contratação constam na tabela acima.
- 5.2. Os valores contratados incluem todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os valores contratados são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

- 6.1. Para pagamento, a **CONTRATADA** protocolará requerimento de pagamento junto à Secretaria Municipal requisitante.
- 6.2. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo.
- 6.3. A ordem bancária deverá obrigatoriamente ser vinculada ao CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa participante e vencedora da licitação. Sendo matriz ou filial, **o que prevalecerá, sempre, será o CNPJ da participante do processo.**
- 6.4. A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
- 6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Fornecedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante.
- 6.6. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;  
TX = percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = encargos moratórios;

**N** = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e  
**VP** = Valor da parcela em atraso

6.7. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.8. O pagamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

6.9. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. O presente Contrato é firmado pelo preço constante na tabela acima, cujos valores unitários se encontram discriminados na proposta apresentada pela Contratada.

7.2. Nos preços contratados, estão inclusas todas as despesas incidentes sobre o **serviço**, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e sociais, etc.

7.3. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

7.3.1. Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

7.3.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 124, Inciso II alínea “d” da Lei 14.133/2021.

7.4. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Departamento de Compras, de preferência via e-mail: [leile.pontes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:leile.pontes@pmcgs.pr.gov.br), toda documentação abaixo:

a) Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
<b>Fórmula = a - (b + c + d)</b>			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
<b>Custo total = a – e</b>		<b>R\$ 0,00</b>	
PREÇO ATUALIZADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
<b>Fórmula = a - (b + c + d)</b>			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
<b>Custo total = a – e</b>		<b>R\$ 0,00</b>	

b) Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.

c) O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

d) Cópias das certidões vigentes: **i)** Certificado de regularidade do FGTS; **ii)** Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)** Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; **viii)** CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; **ix)** CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e **x)** CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

7.4.1. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro **NÃO SERÁ RECEBIDO**.

7.4.2. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4.3. **A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.**

7.4.4. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pela PREFEITURA e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.5. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas no **item 7.3.1.**, a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

7.6. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

7.7. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

7.8. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

7.9. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

7.10. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do Contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

7.10.1. **O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção.**

7.11. O prazo para resposta restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período conforme Art. 124, inciso II alínea d, da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o **contrato** e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços ou entrega dos materiais, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do **contrato** e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente **Contrato** e no Termo de Referência.
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste **Contrato**.
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **Contrato**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) meses.
- 8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do **contrato**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste **Contrato** e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do **contrato**.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do **contrato** ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste **contrato**, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do **contrato**, os serviços e/ou materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço ou entrega do produto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.9. Não contratar, durante a vigência do **contrato**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do **contrato**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do **contrato**, até o dia

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - PR

CEP: 83430-000 - Fone: (41) 3162-7000

[www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou entrega dos materiais, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo **contrato**, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.12. Comunicar ao Fiscal do **contrato**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de entrega dos serviços e/ou materiais.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do **contrato**.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.19. Manter durante toda a vigência do **contrato**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do **contrato**, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.20.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do **contrato**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **contrato**.

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços e/ou entrega dos materiais.

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.26. Se aplicável ao objeto da licitação, o contratado deverá atender à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, e que deverá se responsabilizar integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção de fornecimento ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 78, § 6º, 78A, 78B e 78C da Lei Estadual do Paraná nº. 15.608/2007.

9.27. Observar as demais obrigações do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do **contrato** administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os **contratos** de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de **contratos** administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O **contrato** está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os **contratos** e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste **contrato** ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do **contrato** e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

11.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campina Grande do Sul por até **3 (três) anos** e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do **contrato** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do **contrato**;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**V** - não celebrar o **contrato** ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses previstas no item 11.3. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do **contrato**;

**II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do **contrato**;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.5. Em conjunto com as sanções nos previstas nos itens 11.2., 11.3. e 11.4. a autoridade competente poderá:

**I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do **contrato**; e

**II** - determinar a rescisão unilateral do **contrato**.

11.6. O atraso injustificado na execução do **contrato** sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**I** - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**II** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**III** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

11.7. A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do **contrato**, que sujeitará a contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

11.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do **contrato** com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste **contrato**.

**I** - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do **contrato**.

11.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos itens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do **contrato**, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério da PREFEITURA, observando-se os critérios constantes do 11.13. e sem prejuízo das demais sanções.

11.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos 11.6. e 11.9., a critério da PREFEITURA, este **contrato** poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções

11.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do item 11.5., o somatório das demais multas previstas nesta Cláusula não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) de 1/12 (um doze avos) do valor total do **contrato**.

11.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no item 11.11. poderá ensejar a rescisão unilateral do **contrato**.

11.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul;

**V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**VI** – a não reincidência da infração;

**VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

**VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

11.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

11.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no item 11.13.

11.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de Guia de Recolhimento.

11.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela PREFEITURA à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

11.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O **contrato** será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O **contrato** poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o **contrato** não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do **contrato**, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.1. Caso a notificação da não-continuidade do **contrato** de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O **contrato** pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o **contrato**.

**a)** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do **contrato** não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O **contrato** poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária:

**XXXX-XXXX-XXXX**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **contrato**.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **termo de contrato**.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de **termo aditivo**, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do **contrato** podem ser realizados por **simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Caberá aos Fiscais de Contrato e os Gestores de Contrato, designados por meio de Portaria pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste **contrato**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro de Campina Grande do Sul - Paraná, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste **Termo de Contrato** que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

18.2. Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento de **Termo de Contrato**.

Campina Grande do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO**  
PREFEITO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA XXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADO**

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Ao Pregoeiro e equipe de apoio.

<b>Pregão Eletrônico nº: 01/2026</b>
<b>Razão Social:</b>
<b>CNPJ nº:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Telefone: ( )</b>
<b>Endereço:</b>

A empresa supracitada, por intermédio de seu representante legal, **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)**, portador da Cédula de Identidade **RG nº XXXXXX-XX** e do **CPF nº XXX.XXX.XXX-XX**, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

**DECLARO** que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**DECLARO** que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**DECLARO** que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer uma de suas esferas.

**DECLARO** que não possuo condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.429/92.

**DECLARO** que a pessoa física (corpo social) e nem a pessoa jurídica (empresa), nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, foram condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**DECLARO** que nenhum sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública Municipal.

**DECLARO** que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante n.º 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

**DECLARO** que não mantenho vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ainda, não sendo desses, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**DECLARO** para fins do disposto no inciso VI do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

**DECLARO** que não possuo em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

**DECLARO** que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**DECLARO** que cumpro com a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

**DECLARO** que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

**DECLARO** que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes da data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**DECLARO** que os lances a serem ofertados durante a sessão de julgamento da licitação, serão de minha exclusiva responsabilidade, assumindo como firmes e verdadeiras minhas propostas e os lances inseridos no sistema, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei.

**DECLARO** que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

**DECLARO** que atendemos à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, e que nos responsabilizamos integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que forneceremos ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 78, § 6º, 78A, 78B e 78C da Lei Estadual 15.608/2007.

**DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que na presente data estou enquadrado como empresa de **(grande porte, pequeno porte, microempresa, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo)**.

**DECLARO**, que cumpro os requisitos constantes no art. 16 da Lei Federal nº. 14.133/21. **(no caso de profissionais organizados sob a forma de COOPERATIVA)**.

**DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que na presente data:

Estou **APTO** a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da referida lei e ainda, que no ano-calendário de realização da presente licitação, não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Estou **INAPTO** a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Campina Grande do Sul, XX de XXXXXXXX de 2025.

**Assinatura do representante legal da empresa  
(Nome Legível/Cargo/Razão Social/CNPJ)**

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - PR  
CEP: 83430-000 - Fone: (41) 3162-7000  
[www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

**CERTIDÃO E ENCAMINHAMENTO PARA PARECER JURÍDICO**

Certifico que:

- a) Os documentos da fase de planejamento: “*Pedido de Compra/Serviços - DFD*”, “*Estudo Técnico Preliminar - ETP*”, “*Termo de Referência - TR*” e demais documentos técnicos, foram elaborados e expedidos pela Secretaria Municipal requisitante;
- b) As cotações foram solicitadas pela Secretaria Municipal requisitante e complementadas e analisadas por este Departamento de Compras;
- c) A dotação orçamentária foi expedida e anexada ao processo pela Secretaria Municipal requisitante;
- d) Instrui o processo licitatório com a Minuta de Edital e Minuta do instrumento contratual padronizadas de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 1.949/2023 e demais regulamentos;
- e) A instrução do processo, a Minuta de Edital e a Minuta do instrumento contratual, deverão ser analisadas juridicamente pela Procuradoria Geral do Município;
- f) Havendo aprovação jurídica da instrução da fase de planejamento, da fase interna, da Minuta de Edital e da Minuta do instrumento contratual, o processo será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo ou Secretário Municipal para deliberação.

À Procuradoria Geral do Município,

Encaminho a instrução do presente processo licitatório, que trata do objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, com valor estimado de **R\$ 2.454.967,22 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos)**, para análise e expedição de parecer jurídico, aplicando-se no que couberem as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n.º 1.949/2023 e demais regulamentos.

Campina Grande do Sul, 05 de janeiro de 2026.

Respeitosamente,

Patrick Cavalli Poli Chiquitti  
**Departamento de Compras**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**Pregão Eletrônico** nº. 01/2026

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**Critério de julgamento:** Menor Preço Global

**Valor Máximo:** R\$ 2.454.967,22 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos)

**Data de abertura:** 26/01/2026 às 09:00 horas.

**Local da realização:** Compras BR - <https://comprasbr.com.br>

O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: [www.campinagrandedosul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedosul.pr.gov.br) na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: <https://comprasbr.com.br>. Outras informações enviar e-mail para: [licitacoes@pmcgs.pr.gov.br](mailto:licitacoes@pmcgs.pr.gov.br) e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.